

# PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

*Estado do Paraná*

*Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 547-1114 - CEP 84285-000 -  
E-MAIL- pmf@franet.com.br*

## PARECER JURÍDICO

**PREGÃO PRESENCIAL 089/2017**

**AQUISIÇÃO DE POSTES**

Trata-se de pedido de parecer sobre a licitação acima mencionada:

- a) Por ocasião do julgamento o Pregoeiro e sua Comissão desclassificaram a empresa DENKI MARINGA LTDA por não atendimento ao item 6 alínea "c".*
- b) Recurso impetrado tempestivamente, contra-razões apresentado, foi então encaminhado a este jurídico para parecer.*

Analisando o processo licitatório que me foi encaminhado juntamente com o recurso apresentado e as contra-razões, primeiro, cabe esclarecer que é de praxe deste jurídico analisar os questionamentos sempre em observância a legislação, mas também em consonância com as alterações doutrinárias e jurisprudências que se pacificam com o passar do tempo.

Sabemos também do caráter vinculativo que possui os editais licitatórios entre os participantes, o qual possui força de lei em relação aos mesmos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

*Estado do Paraná*

*Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 547-1114 - CEP 84285-000 -  
E-MAIL- pmf@franet.com.br*

Sempre deixamos bem claro em nossos pareceres que afirmações como indicativos que procedimentos junto ao Tribunal de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário, em nada interfere no nosso livre convencimento, o qual tem por escopo fundamental buscar que a administração pública através do procedimento licitatório possa atingir seu objetivo maior que é a proposta mais vantajosa para a administração pública.

No presente caso, e na interpretação desde jurídico, entendo que a "desclassificação" da empresa DENKI mostra-se equivocada, vez que a simples ausência de declaração expressa de que no valor ofertada estão inclusos os encargos de natureza trabalhista, previdenciários, fiscais, comerciais e outros que se fizeram necessário para a perfeita aquisição do objeto da licitação é devidamente suprida quando essa **primeiro** em sua proposta reconhece que nos valores estão incluídos todos os custos para a entrega dos produtos e **segundo**, que se propõem a fornecer os produtos obedecendo o edital de licitação.

Outrossim, entendo também que a ausência de referida declaração em nada interfere no procedimento, vez que os encargos de natureza trabalhistas, fiscais, previdenciários são de responsabilidade exclusiva da empresa, não tendo como ser transferida ao município contratante.

Afim de justificar o contido no referido parecer, cabe transcrever algumas decisões extraída do Tribunal de Contas da União que muito sabiamente abordam o "formalismo moderado", senão vejamos:

*No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados (acórdão 357/2015 Plenário)*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

*Estado do Paraná*

Rua Dr. Zóilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 547-1114 - CEP 84285-000 -  
E-MAIL- pmf@franet.com.br

*Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)*

*Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)*

*O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)*

Sendo assim opino pelo deferimento do recurso apresentado, devendo dar prosseguimento ao certame com a classificação da empresa recorrente.

Figueira, 17 de novembro de 2017.

É esse o parecer

Figueira, 19 de janeiro de 2017.

**Fábio Antonio Maximiano de Souza**

**Advogado Municipal**

